



RESULTADO DA ANÁLISE DE RECURSOS INTERPOSTOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR

O Instituto Social da Cidadania Juscelino Kubitschek, organizador do Concurso Público da Prefeitura Municipal de São José de Ribamar – MA, nos termos do Edital de Abertura nº 001/2026, torna público o resultado da análise dos recursos interpostos contra o gabarito preliminar da prova objetiva para o cargo de Professor Anos Finais – Língua Portuguesa.

Das Disposições Gerais

Os recursos contra o gabarito preliminar foram recebidos e submetidos à apreciação da banca examinadora, nos termos do Item 17 do Edital de Abertura nº 001/2026, observando-se os critérios formais e técnicos estabelecidos para esta fase do certame.

Em conformidade com o Edital, foram observadas as seguintes regras para os recursos contra o gabarito preliminar:

- Envio exclusivamente para o e-mail indicado no Edital, dentro do prazo previsto no Cronograma de Execução, com preenchimento obrigatório do campo “ASSUNTO” no padrão definido pela banca (Itens 17.2 e 17.3);
- Formalização por meio do Formulário de Recurso do ANEXO IV, devidamente preenchido, assinado e digitalizado em arquivo único no formato PDF. Não são aceitos recursos no corpo do e-mail, em formato de imagem ou por links de compartilhamento; arquivos em extensão diversa de PDF são preliminarmente indeferidos (Itens 17.4, 17.4.1 e 17.6);
- As alegações devem estar fundamentadas em bibliografia técnica, citação de autores ou fontes oficiais, com anexação das cópias das páginas citadas quando o recurso for contra o gabarito, quando necessário (Item 17.7);
- Para o envio, o candidato deve preencher, fundamentar, assinar e digitalizar o formulário, anexar as páginas das fontes citadas quando necessário e encaminhar o recurso por e-mail, observando também as informações que podem constar no corpo da mensagem (Item 17.8);

É indeferido liminarmente o recurso enviado fora do prazo, sem utilização do formulário oficial, sem fundamentação lógica e técnica ou com teor desrespeitoso contra a banca examinadora ou a Administração Pública (Item 17.9). O Instituto JK não se responsabiliza por e-mails não recebidos por falhas técnicas ou de conexão, recomendando-se a manutenção do comprovante de envio (Item 17.12).

Nos termos do Item 17.5, não são enviadas respostas individuais aos candidatos, ressalvada a hipótese expressamente prevista no próprio Edital.

Dos Recursos Deferidos

Os recursos julgados procedentes podem resultar nas seguintes providências:

- Alteração de gabarito: se houver alteração do gabarito preliminar por força do provimento de recurso, as provas objetivas de todos os candidatos serão recorrigidas de acordo com o Gabarito Definitivo (Item 17.11).
- Anulação de questão: se do exame dos recursos resultar anulação de questão, a respectiva pontuação será atribuída a todos os candidatos que realizaram a prova para aquele cargo, independentemente de terem recorrido ou não (Item 17.10).



As decisões deferidas são registradas no quadro de resultados conforme a providência determinada pela banca examinadora, sem reprodução de justificativa quando o resultado já determina a alteração do gabarito ou a anulação da questão.

Dos Recursos Indeferidos

Os recursos julgados improcedentes são aqueles que, após análise técnica, não resultam em alteração ou anulação da questão impugnada.

Nesses casos, o gabarito preliminar é mantido para a questão correspondente, acompanhado, neste documento, da fundamentação disponibilizada pelo elaborador/banca examinadora.

A Banca Examinadora do Instituto JK constitui a última instância administrativa para recursos, sendo soberana em suas decisões e não cabendo novos pedidos de revisão após o Gabarito Definitivo, conforme o Item 17.13 do Edital.

Da Vinculação ao Edital e à Banca Examinadora

A análise dos recursos permanece vinculada às regras do Edital de Abertura nº 001/2026 e às decisões da banca examinadora, especialmente às disposições do Item 17 relativas à interposição, apreciação e efeitos dos recursos.

Das Considerações Finais

O Instituto JK reafirma seu compromisso com a transparência, a isonomia e a análise técnica dos recursos, observando as disposições do Edital de Abertura nº 001/2026.

Para fins de apresentação deste resultado, os recursos referentes à mesma questão foram consolidados em uma única entrada, mantendo-se a decisão e a fundamentação fornecidas pela banca/elaborador. Nas questões deferidas, registra-se somente a decisão da banca. As questões indicadas como pendentes permaneceram reservadas para complementação antes da publicação definitiva.

Coordenação de Concursos
Instituto Social da Cidadania Juscelino Kubitschek



CARGO: PROFESSOR ANOS FINAIS – LÍNGUA PORTUGUESA

RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
03	ANULAÇÃO DE QUESTÃO.	INDEFERIDO. A candidata sustenta que a alternativa C também estaria correta porque a expressão “seja sempre o centro dele” foi empregada metaforicamente. Entretanto, essa não é a expressão destacada na alternativa C. No caderno de prova, o destaque recai exclusivamente sobre “no sistema”: “...o paciente não se perca no sistema, mas seja sempre o centro dele.” A expressão “seja sempre o centro dele”, analisada no recurso, não está destacada e, portanto, não constitui o objeto específico da questão. Em “no sistema”, o substantivo “sistema” é empregado em seu sentido próprio para designar o conjunto organizado de instituições, serviços e procedimentos da rede de saúde. O paciente está efetivamente inserido nesse sistema de atendimento. O caráter abstrato do referente não torna a expressão figurada. Já na alternativa B, a expressão destacada “na mesma mesa” não indica literalmente a ocupação de uma mesa por escolas, assistência social e segurança pública. Ela representa a participação conjunta desses setores no diálogo e nas decisões sobre as políticas públicas, caracterizando emprego figurado. Portanto, o recurso analisa uma parte não destacada da alternativa C. Entre as expressões efetivamente assinaladas, somente “na mesma mesa” apresenta sentido figurado. Mantém-se o gabarito B.
04	ANULAÇÃO DE QUESTÃO.	INDEFERIDO. A candidata sustenta que a substituição da terceira vírgula por um único travessão deixaria o aposto sem o sinal correlato de fechamento. Entretanto, o segmento explicativo não está intercalado entre partes da oração principal. Ele se estende até o final do período: “evento que reuniu profissionais da rede municipal, gestores e pacientes para discutir o aprimoramento das políticas públicas e a qualificação do acolhimento no município.” Assim, a substituição proposta resulta na seguinte construção: “O Centro [...] sediou o Seminário Intersectorial de Saúde Mental — evento que reuniu profissionais da rede municipal, gestores e pacientes para discutir o aprimoramento das políticas públicas e a qualificação do acolhimento no município.” Quando o aposto explicativo se estende até o final do período, admite-se sua introdução por um único travessão, pois o ponto-final encerra simultaneamente o segmento explicativo e o período. A necessidade de dois travessões ocorre quando o aposto está efetivamente intercalado e a estrutura sintática anterior continua depois dele. Além disso, a candidata não identifica onde deveria ser colocado o suposto segundo travessão. Sua inserção após “pacientes”, por exemplo, separaria inadequadamente a oração final “para discutir o aprimoramento...” da oração “que reuniu profissionais da rede municipal, gestores e pacientes”, à qual aquela se



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		vincula. Portanto, a troca da terceira vírgula por um único travessão mantém a correção gramatical e a coerência. A afirmação II está correta, assim como as afirmações I e III. Mantém-se o gabarito D. A candidata reconhece como corretas as afirmações I e II, mas considera incorreta a afirmação III. Não apresenta, contudo, uma análise sintática que demonstre o suposto erro. A afirmação III refere-se à última vírgula do trecho: “evento que reuniu profissionais da rede municipal, gestores e pacientes...” A última vírgula é aquela colocada após “rede municipal”. Ela separa elementos de uma enumeração: profissionais da rede municipal; gestores; pacientes. Os três termos integram o objeto direto composto do verbo “reuniu” e exercem, portanto, a mesma função sintática. A conjunção “e” antes do último elemento apenas encerra a enumeração, sem descaracterizá-la. A análise não deve ser confundida com a sequência posterior “o aprimoramento das políticas públicas e a qualificação do acolhimento”, pois não existe vírgula entre esses dois elementos. Esse segmento não é o objeto da afirmação III. Assim, a última vírgula efetivamente ocorre em uma enumeração de termos com a mesma função sintática. Como a própria candidata reconhece a correção das afirmações I e II, e a afirmação III também está correta, mantém-se a alternativa D.
06	ANULAÇÃO DE QUESTÃO.	INDEFERIDO. A candidata demonstra que são corretas as construções “apoio às suas equipes” e “apoio a suas equipes”. Isso confirma a possibilidade de empregar ou não o artigo antes do pronome possessivo, mas não significa que o acento possa ser simplesmente retirado da forma apresentada na alternativa A. A retirada do acento de “às” produziria: “O município garantiu apoio as suas equipes.” Essa construção é incorreta, pois “as” funcionaria apenas como artigo, sem a preposição exigida pelo nome “apoio”. Para obter “apoio a suas equipes”, seria necessário substituir “às” por “a”, suprimindo também o artigo. Na alternativa B, a retirada direta do acento mantém a correção: “até à entrada” → “até a entrada”. Portanto, somente a alternativa B atende ao modo como a facultatividade foi cobrada. Mantém-se o gabarito. A regra citada por Cegalla sobre a facultatividade do artigo antes de pronome possessivo feminino não invalida o gabarito. Ela autoriza duas estruturas: <i>apoio às suas equipes;</i> <i>apoio a suas equipes.</i> Na primeira, aparecem a preposição e o artigo; na segunda, permanece apenas a preposição. Entretanto, a



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		questão apresenta “às”, no plural. A retirada isolada do acento produziria “as”, eliminando graficamente a preposição exigida por “apoio”: “apoio as suas equipes” – construção incorreta. Na alternativa B, a retirada do acento produz diretamente uma forma válida: “até à entrada” → “até a entrada”. Logo, a fonte anexada confirma uma regra geral, mas não demonstra que a alternativa A permaneça correta com a simples retirada do acento da forma apresentada. Mantém-se o gabarito B. A candidata afirma que “às suas equipes” equivaleria a “a as suas equipes”. Entretanto, a sequência “a as”, sem contração, não é admitida pela norma-padrão. Quando a preposição “a” e o artigo plural “as” aparecem juntos, ocorre obrigatoriamente a contração “às”: a + as = às. A alternativa sem crase seria “apoio a suas equipes”, mas essa forma exige a retirada do artigo “as”, e não apenas do acento grave. Já em “até à entrada”, o acento pode ser diretamente retirado, resultando em “até a entrada”, construção igualmente correta. Assim, não há duplicidade de respostas. Mantém-se o gabarito B. A candidata menciona três contextos tradicionais de possível facultatividade da crase, entre eles a posição anterior a pronome possessivo feminino. Contudo, é necessário considerar a redação específica das alternativas. Em “apoio às suas equipes”, a retirada do acento transforma “às” em “as”: “apoio as suas equipes”. A forma é incorreta porque “apoio” exige a preposição “a”. Para construir “apoio a suas equipes”, seria necessário eliminar também o artigo, alterando-se a composição do grupo nominal. Em “até à entrada”, por sua vez, a retirada do acento gera diretamente “até a entrada”, forma correta. Portanto, somente a alternativa B apresenta um acento que pode ser retirado da construção fornecida. Mantém-se o gabarito. A candidata compara “apoio às suas equipes” com “apoio a suas equipes”. Ambas as construções podem ser admitidas, mas a passagem de uma para a outra não consiste apenas na retirada do acento grave. Em “às”, há a fusão da preposição “a” com o artigo “as”. Já em “a suas”, o artigo foi suprimido. Se fosse retirado apenas o acento da alternativa A, teríamos “apoio as suas equipes”, forma incorreta. A preposição exigida por “apoio” deixaria de estar representada. Na alternativa B, são corretas as formas “até à entrada” e “até a entrada”, e a passagem de uma à outra ocorre pela retirada direta do acento. Por isso, somente a alternativa B atende ao comando. Mantém-se o gabarito.



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		O Manual de Redação da Câmara dos Deputados citado pela candidata confirma que são corretas as formas “às minhas secretárias” e “a minhas secretárias”. A própria explicação do manual, porém, mostra que as estruturas não se diferenciam apenas pelo acento: em “às minhas secretárias”, há preposição e artigo; em “a minhas secretárias”, há somente preposição. Aplicando-se essa distinção à alternativa A, a forma sem crase seria “apoio a suas equipes”, e não “apoio as suas equipes”. Portanto, seria necessário retirar o artigo “as”, além de modificar a acentuação. O exemplo do Manual do Senado “a sua emenda/à sua emenda” está no singular, contexto em que a retirada do acento de “à” produz visualmente “a”, forma que pode representar apenas a preposição. Na alternativa da prova, entretanto, a forma plural “às” passaria a “as”, que é artigo, não preposição. Na alternativa B, “até à entrada” transforma-se diretamente em “até a entrada” pela retirada do acento. Logo, o material anexado não demonstra duplicidade na redação específica da questão. Mantém-se o gabarito B. As gramáticas mencionadas reconhecem a facultatividade do artigo diante de certos pronomes possessivos femininos. Por isso, admitem-se: <i>apoio às suas equipes;</i> <i>apoio a suas equipes.</i> Todavia, essas formas se distinguem pela presença ou ausência do artigo, e não somente pelo acento grave. A retirada isolada do acento de “às” produziria “as”, permanecendo apenas o artigo e faltando a preposição exigida por “apoio”. Na alternativa B, o acento pode ser retirado sem outra alteração: “até à entrada” → “até a entrada”. A alegação, portanto, não comprova a existência de duas alternativas que atendam ao comando nos termos em que foram apresentadas. Mantém-se o gabarito B. A candidata invoca uma suposta divergência doutrinária sobre o artigo antes de pronomes possessivos. Entretanto, não é necessário adotar correntes gramaticais diferentes: a facultatividade do artigo pode ser reconhecida sem que a alternativa A se equipare à alternativa B. Em “às suas equipes”, a presença do artigo plural “as” determina a contração com a preposição exigida por “apoio”. Se o artigo for mantido, o acento é obrigatório. Para empregar “a suas equipes”, é necessário suprimir o artigo. Assim: <i>apoio às suas equipes</i>: com artigo, crase obrigatória; <i>apoio a suas equipes</i>: sem artigo, não ocorre crase; <i>apoio as suas equipes</i>: construção incorreta. Na alternativa B, “até à entrada” e “até a entrada” alternam-se mediante a retirada direta do acento da construção apresentada. Não há, portanto, divergência doutrinária capaz de eliminar a resposta única. Mantém-se o gabarito B.



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		Os exemplos citados de Bechara e Rocha Lima aparecem no singular: “à minha casa/a minha casa” e “à sua sala/a sua sala”. Neles, a forma gráfica “a” pode representar somente a preposição quando o artigo é omitido. A alternativa A, entretanto, está no plural: “às suas equipes”. A retirada isolada do acento produz “as suas equipes”, em que “as” é artigo. Assim, faltaria a preposição exigida pelo nome “apoio”. A forma correta sem artigo seria “a suas equipes”, o que exige também a supressão do “s” correspondente ao artigo plural. Portanto, as fontes citadas comprovam a variação entre construções com artigo e sem artigo, mas não autorizam a simples retirada do acento de “às” na alternativa apresentada. Na alternativa B, “até à entrada” passa diretamente a “até a entrada”, sem outra modificação. Mantém-se o gabarito B. A obra de Sacconi anexada reconhece dois casos gerais: a possibilidade de artigo antes de possessivo feminino e a possibilidade de empregar ou não a preposição “a” depois de “até”. No entanto, a aplicação dessas regras às alternativas produz resultados diferentes. Na alternativa A, a forma com artigo é “às suas equipes”. A forma sem artigo é “a suas equipes”. Não é suficiente retirar o acento, porque “às” passaria a “as”, deixando a construção sem a preposição exigida por “apoio”. Na alternativa B, são possíveis: <i>até à entrada;</i> <i>até a entrada.</i> Nesse caso, a retirada do acento da construção fornecida gera diretamente outra forma correta. Portanto, o anexo confirma as regras gerais, mas não demonstra que a alternativa A permita a retirada isolada do acento. Mantém-se o gabarito B. As referências apresentadas confirmam que o artigo pode ser omitido antes de determinados pronomes possessivos femininos. Assim, são possíveis “apoio às suas equipes” e “apoio a suas equipes”. Contudo, a segunda forma não resulta da simples retirada do acento da primeira: também ocorre a supressão do artigo plural “as”. A composição das formas evidencia a diferença: a + as suas equipes = às suas equipes; a + suas equipes = a suas equipes. Se fosse retirado somente o acento de “às”, obter-se-ia “as”, que funciona como artigo, ficando ausente a preposição exigida por “apoio”. Na alternativa B, a retirada direta do acento é suficiente: “até à entrada” → “até a entrada”. Desse modo, as referências não afastam o critério específico adotado pelo comando nem demonstram duas respostas equivalentes na forma apresentada. Mantém-se o gabarito B.
07	ANULAÇÃO DE QUESTÃO.	INDEFERIDO.



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		A candidata analisa a alternativa D como se o sujeito fosse “avanços significativos”, no plural. Entretanto, a redação efetivamente apresentada na prova é: “Ocorre, sempre que profissionais e gestores trabalham em conjunto, avanço significativo na qualidade do atendimento à população.” O sujeito posposto da oração principal é “avanço significativo na qualidade do atendimento à população”, cujo núcleo é o substantivo singular “avanço”. Por isso, o verbo “ocorre” está corretamente flexionado no singular. A oração intercalada possui estrutura própria: “profissionais e gestores” é sujeito composto do verbo “trabalham”, que aparece corretamente no plural. A análise das demais alternativas feita pela candidata confirma seus erros: “Importam” deveria concordar com “a implementação”: “importa”; “Cabe” deveria concordar com “responsabilidades essenciais”: “cabem”; “Convêm” deveria concordar com “a articulação”: “convém”. O equívoco do recurso decorre, portanto, da substituição do sujeito singular “avanço significativo” pela forma plural “avanços significativos”, inexistente na alternativa. Somente a letra D está correta. Mantém-se o gabarito. A candidata sustenta que as alternativas C e D estão corretas, mas reproduz a forma verbal da alternativa C como “convém”, com acento agudo. Na prova, porém, consta: “Convêm, ainda que persistam dificuldades estruturais no município, a articulação entre a Atenção Básica, o Caps e a atenção hospitalar.” A forma “convêm”, com acento circunflexo, corresponde à terceira pessoa do plural. O sujeito da oração principal é “a articulação entre a Atenção Básica, o Caps e a atenção hospitalar”, cujo núcleo singular é “articulação”. A forma correta seria “convém”, com acento agudo e no singular. A oração concessiva “ainda que persistam dificuldades estruturais no município” não interfere nessa concordância. Nela, “persistam” concorda corretamente com seu próprio sujeito plural, “dificuldades estruturais”. Na alternativa D, por sua vez, “ocorre” concorda com o sujeito posposto singular “avanço significativo”. Portanto, somente a alternativa D está correta. O recurso modifica a grafia da alternativa C para torná-la adequada, o que não corresponde à redação da prova. Mantém-se o gabarito. A candidata demonstra corretamente que a alternativa C está errada porque “convêm”, com acento circunflexo, é forma plural, enquanto o núcleo do sujeito, “articulação”, está no singular. Também demonstra corretamente que, na alternativa D, “ocorre” concorda com o sujeito posposto singular “avanço significativo”. A alternativa D já é a resposta indicada no gabarito preliminar. Portanto, não existe alteração a ser realizada nem motivo para anulação. O erro da alternativa C não constitui falha



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		material da questão, mas inadequação gramatical intencional que deve ser identificada pelo candidato. Mantém-se o gabarito D.
08	ANULAÇÃO DE QUESTÃO.	INDEFERIDO. O candidato sustenta que “de São José de Ribamar” poderia ser classificado como apostro especificativo introduzido pela preposição “de”, à semelhança de construções como “cidade do Recife”, “ilha de Marajó” e “Colégio de Santa Rita”. Essa classificação, entretanto, não se aplica ao contexto da questão. No apostro especificativo, o segundo termo individualiza o primeiro mediante uma relação denominativa ou de equivalência. Em “cidade do Recife”, por exemplo, “Recife” é o nome da cidade; em “ilha de Marajó”, “Marajó” identifica a ilha. É possível estabelecer uma relação de identidade: Recife é uma cidade; Marajó é uma ilha. Essa relação não ocorre em “Centro de Atenção Psicossocial (Caps II) de São José de Ribamar”. “São José de Ribamar” não é a denominação do Centro nem constitui elemento equivalente a “Centro de Atenção Psicossocial”. Trata-se do município ao qual a unidade está vinculada ou no qual está localizada. Não se pode estabelecer a equivalência “São José de Ribamar é o Centro de Atenção Psicossocial”. A expressão “de São José de Ribamar”, portanto, especifica o substantivo concreto “Centro”, indicando localização ou vínculo administrativo. Exerce a função de adjunto adnominal, assim como: “de Saúde Mental”, que especifica a área temática do “Seminário Intersetorial”; “da rede municipal”, que delimita o vínculo dos “profissionais”. A presença de “Caps II” entre parênteses não modifica essa análise. A sigla apenas esclarece a categoria da unidade mencionada; não demonstra que “São José de Ribamar” integre sua denominação própria. O texto também não apresenta qualquer elemento que permita interpretar o nome do município como nome particular do Centro. A advertência de Bechara sobre possíveis casos de sincretismo sintático não autoriza classificar indistintamente toda sequência formada por substantivo seguido de “de” como apostro. A análise depende da relação semântica concreta. No trecho da prova, essa relação é de localização ou vinculação, não de denominação ou equivalência. Na alternativa D, a estrutura é efetivamente diferente: “aprimoramento das políticas públicas”. O substantivo abstrato e deverbal “aprimoramento” corresponde à ação de aprimorar. As “políticas públicas” representam o elemento sobre o qual recai essa ação: “aprimorar as políticas públicas”. Por apresentar valor paciente e completar o sentido do substantivo “aprimoramento”, a expressão “das políticas públicas” exerce a função de complemento nominal. Tem-se, assim: “de São José de Ribamar”: adjunto adnominal;



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		“de Saúde Mental”: adjunto adnominal; “da rede municipal”: adjunto adnominal; “das políticas públicas”: complemento nominal. As decisões judiciais citadas tratam genericamente da possibilidade de anulação de questões que apresentem vício comprovado. Elas não demonstram a existência desse vício no item analisado. Como a alegada dupla classificação da alternativa A não se sustenta no contexto, permanece uma única resposta correta. Mantém-se o gabarito D.
11	ANULAÇÃO DE QUESTÃO.	INDEFERIDO. Diferente do que alega o candidato, a "Educação Cósmica" é, de fato, um dos pilares reconhecidos do Método Montessori (voltado especialmente para a segunda infância). A redação trazida na alternativa C ("é a forma como o professor deve levar o conhecimento às crianças, sempre de forma organizada") sintetiza simplificada o papel mediador do educador na apresentação da visão holística do universo. A expressão "levar o conhecimento" utilizada no item refere-se à introdução organizada dos grandes temas, e não à imposição do modelo tradicional de ensino. Em face do exposto, verifica-se que a questão atendeu perfeitamente ao rigor científico e pedagógico. A alternativa D é a única que apresenta um termo completamente alheio aos pilares da Pedagogia Montessoriana.
12	ANULAÇÃO DE QUESTÃO.	INDEFERIDO. Agradecemos o seu envio e a contribuição na análise da prova. No entanto, após criteriosa revisão do recurso interposto, a Banca Examinadora indefere a solicitação de anulação ou alteração do gabarito. O recurso alega que a definição do enunciado ("processo contínuo e contextualizado, integrado ao cotidiano da sala de aula e que permita ajustes durante o percurso do aprendizado") possui amplitude suficiente para abarcar a epistemologia de Paulo Freire. Porém, no campo da Ciência da Educação, a conceituação da avaliação como mecanismo de regulação e "ajustes durante o percurso do aprendizado é a “espinha dorsal” e a contribuição teórica central das pesquisas de Jussara Hoffmann. Em que pese o notável valor da obra freireana para a educação emancipatória, a descrição literal e teórica apresentada no enunciado diz respeito à teoria da avaliação mediadora/formativa, cuja principal expoente nacional na literatura de Didática é Jussara Hoffmann. Enquanto a obra de Paulo Freire foca na libertação, na conscientização e no diálogo político-pedagógico, Hoffmann debruçou-se sobre a sistematização da avaliação escolar.
13	ANULAÇÃO DE QUESTÃO.	DEFERIDO para anulação da questão.
18	ANULAÇÃO DE QUESTÃO.	INDEFERIDO. A questão solicita a identificação da única alternativa incorreta



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		sobre a história e a geografia do município de São José de Ribamar. O gabarito aponta a alternativa D, e a análise das quatro proposições confirma a existência de uma única resposta possível. A alternativa D é a única incorreta, por conter erro geográfico objetivo, verificável e incontroverso. O município de São José de Ribamar situa-se na Ilha de Upaon-Açu — denominação de origem tupi da Ilha do Maranhão, também referida como Ilha de São Luís —, a qual é politicamente compartilhada por quatro municípios: São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. Essa configuração é reconhecida pelo IBGE, pelo IMESC e pela própria legislação estadual que instituiu a Região Metropolitana da Grande São Luís. A afirmação de que o território ribamarense "está situado na porção continental do estado, não fazendo parte da Ilha de Upaon-Açu" contraria, portanto, dado geográfico elementar e notório, inclusive vivenciado cotidianamente pela população local. Sendo o comando "assinale a única alternativa incorreta", a alternativa D atende ao comando de forma inequívoca. A alternativa A é correta e reproduz a historiografia oficial. O histórico do município publicado pelo IBGE registra expressamente que o atual município foi primitivamente aldeia dos índios Gamelas, localizada em terras dos religiosos da Companhia de Jesus, concedidas por datas e sesmarias pelo governador Francisco Coelho de Carvalho em 16 de dezembro de 1627. A mesma informação consta do Livro do Tombo da Paróquia/Santuário de São José de Ribamar (apud MARQUES, 1870) e da historiografia local, que registra os primeiros habitantes como os Tupinambás, conhecidos no território ribamarense como "Grandes" ou "Gamelas". A eventual alegação de que os habitantes originários seriam Tupinambás, e não Gamelas, não socorre o recorrente: as fontes oficiais e locais empregam as designações como equivalentes para os grupos que ocupavam o território ribamarense, e a alternativa reflete exatamente a terminologia consagrada no histórico oficial do município. A alternativa B é correta e corresponde à historiografia municipal consolidada, que registra que, em 1757, por meio de alvará, o governador Gonçalo Pereira Lobato e Sousa restituiu a liberdade aos indígenas, concedeu-lhes as terras e ordenou a construção de casas para a fixação de casais. Eventual alegação de que a restituição da liberdade decorreria do Alvará régio de 7 de junho de 1755, e não de ato de 1757, não invalida a proposição: o Alvará de 1755 é o diploma régio que determinou a medida, ao passo que a sua execução no território ribamarense deu-se em 1757, quando o governador Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, no contexto da implantação do Diretório pombalino — que entre



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		julho de 1757 e agosto de 1758 converteu onze antigos aldeamentos maranhenses em vilas e lugares —, fez a declaração formal do Alvará na aldeia, na presença do padre jesuíta ali residente, restituindo aos índios a posse das terras e a liberdade de suas pessoas e elevando a aldeia à categoria de lugar. É precisamente esse ato de 1757 que a historiografia aponta como o início da vida política do município. Não há, portanto, erro na proposição, que descreve o ato local de execução, e não o diploma régio que o fundamentou. A alternativa C é correta e reproduz de forma praticamente literal o histórico oficial do IBGE: o povoado foi elevado à categoria de vila, com a denominação de São José de Ribamar, pela Lei Estadual nº 636, de 11 de março de 1913, sendo desmembrado de São Luís; e, por sucessivas vezes, o município foi extinto e restaurado — figurou como distrito de São Luís nas divisões territoriais de 1936 e 1937, foi recriado pelo Decreto-Lei Estadual nº 820/1943, novamente extinto em 1947 e definitivamente restabelecido pela Lei Estadual nº 758, de 24 de setembro de 1952 —, o que confirma a expressão "desmembrado de São Luís, por sucessivas vezes". Diante do exposto, havendo três proposições em conformidade com as fontes oficiais (IBGE, historiografia municipal e paroquial) e uma única proposição portadora de erro objetivo — a alternativa D —, inexistente duplicidade de respostas ou vício capaz de comprometer o item. Mantém-se o gabarito na alternativa D. BIBLIOGRAFIA ABBEVILLE, Claude d'. História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas. Tradução de Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975. PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 (1. ed. 1942). DAHER, Andrea. O Brasil francês: as singularidades da França Equinocial (1612-1615). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. ÉVREUX, Yves d'. Viagem ao norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614. São Paulo: Siciliano, 2002. FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. A França Equinocial. Dossiê BNDigital. Rio de Janeiro: FBN, [s.d.]. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br. Acesso em: 26 ago. 2026. LÉRY, Jean de. Viagem à terra do Brasil. Tradução de Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. MARIZ, Vasco; PROVENÇAL, Lucien. Villegagnon e a França



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		Antártica. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Biblioteca do Exército, 2000. MEIRELES, Mário Martins. França Equinocial. 2. ed. São Luís: Alumar, 1991. MEIRELES, Mário Martins. História do Maranhão. 3. ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 2001. BOXER, Charles R. O império marítimo português (1415-1825). Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. CARDOSO, Alírio. Maranhão na Monarquia Hispânica: intercâmbios, guerra e navegação (1580-1655). Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2014. CHAMBOULEYRON, Rafael. Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706). Belém: Açaí; Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA), 2010. FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2012. MEIRELES, Mário Martins. História do Maranhão. 3. ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 2001. ABBEVILLE, Claude d'. História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas. Tradução de Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975. IPHAN. Centro Histórico de São Luís: Patrimônio Mundial (UNESCO, 1997). Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, [s.d.]. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br. Acesso em: 26 ago. 2026. LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. A fundação francesa de São Luís e seus mitos. 3. ed. São Luís: Editora UEMA, 2012. MEIRELES, Mário Martins. História do Maranhão. 3. ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 2001. IBGE. Áreas territoriais dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Geociências, 2025. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html. Acesso em: 26 ago. 2026. IBGE. Biomass e sistema costeiro-marinho do Brasil: compatível com a escala 1:250.000. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. (Série Relatórios Metodológicos, v. 45). IBGE. Cidades@: São José de Ribamar (MA) — panorama e histórico. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.]. Disponível em:



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-jose-de-ribamar . Acesso em: 26 ago. 2026. IBGE. Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias 2017 . Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Geografia, 2017.
19	ANULAÇÃO DE QUESTÃO.	INDEFERIDO. A questão versa sobre manifestação notória da cultura ribamarense — o Lava-Pratos —, expressamente prevista no conteúdo programático de Conhecimentos Gerais (Estado e Município), e apresenta resposta única na alternativa B. O Lava-Pratos de São José de Ribamar é tradição octogenária que marca o encerramento oficial do período carnavalesco no Maranhão, sendo realizado sempre no fim de semana seguinte à Quarta-feira de Cinzas — exatamente como descreve a alternativa B. Trata-se de característica definidora e amplamente documentada da festa: a manifestação é reconhecida como o primeiro carnaval fora de época do Brasil, e sua origem remonta ao chamado Carnaval da Vitória, de 1946, quando, em alusão ao fim da Segunda Guerra Mundial, agremiações carnavalescas de São Luís iniciaram a peregrinação a São José de Ribamar no fim de semana posterior ao carnaval oficial, consolidando a tradição que em 2026 alcançou sua 80ª edição. A própria Prefeitura de São José de Ribamar, nas divulgações oficiais do evento, o define como a festa que "encerra oficialmente o Carnaval no Maranhão", realizada "sempre no fim de semana após a Quarta-feira de Cinzas". As demais alternativas não correspondem à natureza da manifestação. A alternativa A ("festa religiosa pós-natal") atribui ao Lava-Pratos caráter religioso e referência temporal natalina inexistentes: trata-se de festa profana, de natureza carnavalesca, vinculada ao ciclo de Momo, e não ao ciclo natalino. A alternativa C ("romaria de cunho religioso") confunde o Lava-Pratos com manifestação distinta do calendário ribamarense — o Festejo de São José de Ribamar, realizado em setembro, este sim a grande romaria religiosa do município, que atrai centenas de milhares de romeiros ao Santuário do padroeiro. A coexistência das duas tradições no calendário local não autoriza a fusão de seus conceitos: o próprio enunciado delimita o objeto da pergunta ao Lava-Pratos. A alternativa D ("celebração da fundação do município") tampouco encontra qualquer respaldo: a festa não guarda relação com a data de fundação ou de emancipação do município. O comando é claro, o objeto é notório e a alternativa B descreve com precisão a característica essencial e historicamente documentada da manifestação. Inexistindo ambiguidade, duplicidade de respostas ou extrapolação do conteúdo



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		programático, mantém-se o gabarito na alternativa B. BIBLIOGRAFIA ABBEVILLE, Claude d'. História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas. Tradução de Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975. PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 (1. ed. 1942). DAHER, Andrea. O Brasil francês: as singularidades da França Equinocial (1612-1615). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. ÉVREUX, Yves d'. Viagem ao norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614. São Paulo: Siciliano, 2002. FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. A França Equinocial. Dossiê BNDigital. Rio de Janeiro: FBN, [s.d.]. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br. Acesso em: 26 ago. 2026. LÉRY, Jean de. Viagem à terra do Brasil. Tradução de Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. MARIZ, Vasco; PROVENÇAL, Lucien. Villegagnon e a França Antártica. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Biblioteca do Exército, 2000. MEIRELES, Mário Martins. França Equinocial. 2. ed. São Luís: Alumar, 1991. MEIRELES, Mário Martins. História do Maranhão. 3. ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 2001. BOXER, Charles R. O império marítimo português (1415-1825). Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. CARDOSO, Alírio. Maranhão na Monarquia Hispânica: intercâmbios, guerra e navegação (1580-1655). Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2014. CHAMBOULEYRON, Rafael. Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706). Belém: Açaí; Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA), 2010. FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2012. MEIRELES, Mário Martins. História do Maranhão. 3. ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 2001. ABBEVILLE, Claude d'. História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas.



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		Tradução de Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975. IPHAN. Centro Histórico de São Luís: Patrimônio Mundial (UNESCO, 1997). Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, [s.d.]. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br. Acesso em: 26 ago. 2026. LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. A fundação francesa de São Luís e seus mitos. 3. ed. São Luís: Editora UEMA, 2012. MEIRELES, Mário Martins. História do Maranhão. 3. ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 2001. IBGE. Áreas territoriais dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Geociências, 2025. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html. Acesso em: 26 ago. 2026. IBGE. Biomass e sistema costeiro-marinho do Brasil: compatível com a escala 1:250.000. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. (Série Relatórios Metodológicos, v. 45). IBGE. Cidades@: São José de Ribamar (MA) — panorama e histórico. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.]. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-jose-de-ribamar. Acesso em: 26 ago. 2026. IBGE. Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias 2017. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Geografia, 2017.
20	ANULAÇÃO DE QUESTÃO.	DEFERIDO para anulação da questão.
21	ANULAÇÃO DE QUESTÃO.	INDEFERIDO. A questão explora a Greve de 1951 em São Luís e o significado da expressão "Balaçada Urbana", empregada por estudiosos e intérpretes do episódio, e apresenta resposta única na alternativa B. O enunciado fornece ao candidato todos os elementos necessários à resolução: a greve de 1951 — que paralisou a capital por 35 dias, em dois períodos (fevereiro/março e setembro/outubro) — é interpretada pela historiografia como contestação ao vitorinismo, reforço do epíteto de São Luís como "Ilha Rebelde" e, simultaneamente, disputa intraoligárquica. O comando pergunta, então, a que se deve o uso da expressão "Balaçada Urbana" do ponto de vista social, com a indicação expressa e delimitadora "(categorias)". A analogia com a Balaçada (1838–1841) construída pelos intérpretes do episódio funda-se precisamente na composição social dos dois movimentos. A Balaçada oitocentista



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		caracterizou-se pela participação de segmentos sociais diversos e não unificados — vaqueiros, lavradores, artesãos e escravizados, estes liderados por Cosme Bento das Chagas —, sem projeto político comum, o que a historiografia designa como movimento social heterogêneo e fragmentado. De modo análogo, a greve de 1951 congregou categorias sociais múltiplas e distintas — estudantes, trabalhadores de diferentes ofícios, comerciantes, profissionais liberais e setores populares —, unidas circunstancialmente na contestação ao vitorinismo, mas sem constituírem bloco social único. É exatamente esse traço — a pluralidade de categorias sociais participantes — que justifica a transposição do nome do movimento oitocentista para o episódio urbano de 1951. O caráter social do movimento, do ponto de vista das categorias, é, portanto, heterogêneo, como enuncia a alternativa B. As alternativas A ("homogêneo") e C ("unificado") afirmam justamente o oposto da característica que fundamenta a analogia histórica: se a greve tivesse sido protagonizada por categoria social única ou por bloco unificado, a comparação com a Balaiada — movimento marcado pela diversidade e pela fragmentação de seus participantes — careceria de sentido. A alternativa D ("separatista") atribui aos movimentos natureza política que nenhum deles possuiu: nem a Balaiada nem a greve de 1951 tiveram caráter separatista, sendo a primeira uma revolta do período regencial sem projeto de secessão e a segunda um movimento de contestação política local, de modo que a proposição não encontra respaldo em qualquer corrente interpretativa. Registre-se, por fim, que o próprio enunciado, ao qualificar a greve como "disputa intraoligárquica" e ao aludir à interpretação dos estudiosos, orienta o candidato para a leitura social do fenômeno. BIBLIOGRAFIA ABBEVILLE, Claude d'. História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas. Tradução de Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975. PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 (1. ed. 1942). DAHER, Andrea. O Brasil francês: as singularidades da França Equinocial (1612-1615). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. ÉVREUX, Yves d'. Viagem ao norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614. São Paulo: Siciliano, 2002. FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. A França Equinocial.



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		Dossiê BNDigital. Rio de Janeiro: FBN, [s.d.]. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br. Acesso em: 26 ago. 2026. LÉRY, Jean de. Viagem à terra do Brasil. Tradução de Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. MARIZ, Vasco; PROVENÇAL, Lucien. Villegagnon e a França Antártica. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Biblioteca do Exército, 2000. MEIRELES, Mário Martins. França Equinocial. 2. ed. São Luís: Alumar, 1991. MEIRELES, Mário Martins. História do Maranhão. 3. ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 2001. BOXER, Charles R. O império marítimo português (1415-1825). Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. CARDOSO, Alírio. Maranhão na Monarquia Hispânica: intercâmbios, guerra e navegação (1580-1655). Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2014. CHAMBOULEYRON, Rafael. Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706). Belém: Açai; Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA), 2010. FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2012. MEIRELES, Mário Martins. História do Maranhão. 3. ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 2001. ABBEVILLE, Claude d'. História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas. Tradução de Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975. IPHAN. Centro Histórico de São Luís: Patrimônio Mundial (UNESCO, 1997). Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, [s.d.]. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br. Acesso em: 26 ago. 2026. LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. A fundação francesa de São Luís e seus mitos. 3. ed. São Luís: Editora UEMA, 2012. MEIRELES, Mário Martins. História do Maranhão. 3. ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 2001. IBGE. Áreas territoriais dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Geociências, 2025. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html. Acesso em: 26 ago. 2026.



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		IBGE. Biomass e sistema costeiro-marinho do Brasil: compatível com a escala 1:250.000. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. (Série Relatórios Metodológicos, v. 45). IBGE. Cidades@: São José de Ribamar (MA) — panorama e histórico. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.]. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-jose-de-ribamar. Acesso em: 26 ago. 2026. IBGE. Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias 2017. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Geografia, 2017.
36	ANULAÇÃO DE QUESTÃO OU MUDANÇA DE GABARITO.	INDEFERIDO. O candidato requer a alteração do gabarito da questão 36 para a alternativa (D), sob o argumento de que a alternativa (A) alteraria o aspecto verbal e parte do conteúdo semântico da frase original. A alegação não procede. A substituição de “se organiza” por “está organizada” não modifica a informação essencial de que a estratégia possui uma organização constituída por seis eixos. A construção com particípio apenas apresenta como resultado a mesma organização expressa na frase original. Da mesma forma, “eixos voltados para a integração” preserva o sentido de “eixos que tratam da integração”. A inclusão dos artigos em “na inclusão e na cidadania digital” somente explicita a determinação dos substantivos, sem mudança relevante de sentido. A alternativa (D), por sua vez, não mantém a clareza nem a correção exigidas pelo comando. Na construção “Em seis eixos é organizada a estratégia, que tratam da integração entre educação e tecnologia”, o pronome relativo “que” aparece imediatamente depois do substantivo singular “estratégia”. Nessa organização sintática, “estratégia” passa a ser interpretada como antecedente do relativo, o que exigiria o verbo no singular: “a estratégia, que trata da integração”. Para que “que” retomasse inequivocamente “seis eixos”, seria necessário reorganizar o período, evitando a intercalação do termo “a estratégia”. A tentativa de relacionar o pronome a um antecedente mais distante produz, no mínimo, ambiguidade, o que já contraria a exigência de clareza expressamente estabelecida no comando da questão. Portanto, a alternativa (A) preserva o sentido, a correção gramatical e a clareza da frase original, enquanto a alternativa (D) apresenta problema na relação entre o pronome relativo e seu antecedente. Recurso indeferido. Mantém-se o gabarito na alternativa (A). O candidato sustenta que as alternativas (A) e (C) seriam igualmente admissíveis. Entretanto, sua argumentação analisa uma redação diferente daquela efetivamente apresentada na prova. No recurso, a alternativa (C) é reproduzida da seguinte forma: “[...] cujo foco é incluir e promover a cidadania digital.” Na prova, porém, a redação é:



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		“[...] cujo foco são incluir e promover a cidadania digital.” A substituição de “são” por “é” elimina justamente o erro gramatical que torna a alternativa (C) incorreta. Portanto, o candidato fundamenta sua conclusão em uma versão previamente corrigida da alternativa, e não no enunciado efetivamente submetido aos participantes. Na redação original, o núcleo do sujeito é o substantivo singular “foco”. Por isso, o verbo de ligação deve permanecer no singular: “cujo foco é incluir e promover a cidadania digital”. O fato de o predicativo ser composto por dois infinitivos — “incluir” e “promover” — não exige a flexão do verbo no plural, pois as duas ações não apresentam sentidos opostos nem constituem entidades substantivas independentes que justifiquem essa concordância. As considerações do recurso sobre a correção de “voltados à integração”, o emprego de “cujo” e a possibilidade de elipse do complemento de “incluir” não afastam o erro de concordância presente em “cujo foco são”. Esses argumentos poderiam ser examinados em uma construção com o verbo “é”, mas essa não foi a forma apresentada na questão. A alternativa (A), diferentemente, preserva a correção gramatical, a clareza e o sentido original. A transformação de “se organiza” em “está organizada” e de “que tratam da integração” em “voltados para a integração” não altera o conteúdo essencial do período. A inclusão dos artigos em “na inclusão e na cidadania digital” apenas torna a formulação mais explícita. Não há, portanto, duplicidade de respostas corretas. A suposta admissibilidade da alternativa (C) resulta da alteração do próprio texto da alternativa pelo candidato. Recurso indeferido. Mantém-se o gabarito na alternativa (A).
37	ANULAÇÃO DE QUESTÃO.	INDEFERIDO. O candidato requer a anulação da questão 37, alegando ausência de consenso doutrinário sobre a classificação das proparoxítonas aparentes. Sustenta, ainda, que as palavras da alternativa (A) poderiam ampliar as possibilidades de resposta por serem classificadas como proparoxítonas. A argumentação não procede. O próprio enunciado delimita o critério adotado ao mencionar “situações em que uma mesma palavra pode admitir diferentes interpretações fonológicas”. Portanto, a questão não solicita simplesmente a identificação de palavras proparoxítonas, mas especificamente daquelas que admitem dupla análise silábica. As palavras “história”, “série” e “espécie”, presentes na alternativa (B), podem ser analisadas de duas maneiras: como paroxítonas terminadas em ditongo crescente: his-tó-ria, sé-rie, es-pé-cie; como proparoxítonas aparentes, caso se considere o hiato na sequência vocálica final: his-tó-ri-a, sé-ri-e, es-pé-ci-e. A existência dessas duas possibilidades de análise não invalida a questão; ao contrário, constitui exatamente a característica das chamadas proparoxítonas aparentes. A divergência mencionada pelo candidato é, portanto, o próprio fundamento



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		dessa classificação, expressamente indicado no enunciado. Também não procede a tentativa de considerar a alternativa (A). “Lâmpada”, “médico” e “pássaro” são proparoxítonas propriamente ditas. Não há nelas ditongo crescente final nem possibilidade de dupla divisão silábica. Suas sílabas tônicas são inequivocamente as antepenúltimas: “lâm”, “mé” e “pás”. Assim, serem reconhecidas consensualmente como proparoxítonas não as transforma em proparoxítonas aparentes. A alternativa (C) também não atende ao comando. “Vôlei” e “pônei” são paroxítonas terminadas em ditongo oral decrescente, enquanto “esdrúxula” é proparoxítona propriamente dita. Na alternativa (D), “fórceps”, “bíceps” e “hífen” são paroxítonas e não admitem a dupla análise fonológica característica das proparoxítonas aparentes. As referências bibliográficas apresentadas pelo candidato reconhecem a possibilidade de diferentes análises para palavras terminadas em ditongo crescente, mas isso não demonstra a existência de outra alternativa correta. Nenhuma das demais opções contém apenas palavras que admitam essa dupla interpretação. Portanto, a alternativa (B) é a única formada exclusivamente por exemplos de proparoxítonas aparentes. Não há ambiguidade nem multiplicidade de respostas. Recurso indeferido. Mantém-se o gabarito na alternativa (B).
40	MUDANÇA DE GABARITO.	DEFERIDO para alteração do gabarito da alternativa A para a alternativa C.
42	ANULAÇÃO DE QUESTÃO.	INDEFERIDO. O candidato requer a anulação da questão 42, alegando que as afirmações I e II admitiriam interpretações doutrinárias diferentes. Quanto à afirmação I, em “todos sabemos”, o pronome indefinido “todos” corresponde formalmente à terceira pessoa do plural, enquanto o verbo “sabemos” está flexionado na primeira pessoa do plural. A concordância ocorre com a ideia de “todos nós”, pois o enunciador se inclui no grupo mencionado. Essa concordância com a pessoa implicada pelo sentido, e não com a forma gramatical do sujeito expresso, caracteriza a silepse de pessoa. A possibilidade de explicitar a construção como “todos nós sabemos” não invalida a classificação. Ao contrário, essa paráfrase demonstra justamente a inclusão do enunciador que motiva a concordância ideológica. No trecho original, o pronome “nós” não está expresso; o termo formalmente presente como sujeito é “todos”. Quanto à afirmação II, o argumento de que o valor possessivo de “lhe” estaria restrito a partes do corpo não procede. Construções como “beijou-lhe as mãos” e “cortou-lhe os cabelos” são exemplos frequentes, mas o dativo possessivo não se limita semanticamente a partes do corpo. No trecho “restaurar-lhe a harmonia”, o pronome “lhe” retoma “a mudança” e equivale a “restaurar a sua harmonia” ou “restaurar a harmonia dela”. Portanto, o pronome pessoal oblíquo



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		apresenta inequivocamente valor possessivo. Ainda que determinada análise sintática o classifique como dativo ou objeto indireto, isso não elimina o valor semântico de posse expressamente cobrado pela afirmação. A interpretação proposta no recurso — “restaurar a harmonia a alguém” — desconsidera o referente disponível no contexto. O pronome retoma “a mudança”, mencionada imediatamente antes, e estabelece entre ela e “harmonia” uma relação de pertencimento. A afirmação III também está correta, uma vez que “se construirmos uma educação...” expressa a condição necessária para que se possa restaurar a harmonia. Trata-se de oração subordinada adverbial condicional. Assim, as três afirmações estão corretas, não havendo duplicidade ou ausência de resposta objetiva. Recurso indeferido. Mantém-se o gabarito na alternativa (A). A candidata requer a anulação da questão por considerar controversa a classificação de “todos sabemos” como silepse de pessoa. A argumentação não procede. Em “todos sabemos”, há uma divergência entre a pessoa gramatical do sujeito expresso e a flexão do verbo. O pronome indefinido “todos” corresponde formalmente à terceira pessoa do plural, mas o verbo “sabemos” aparece na primeira pessoa do plural porque o enunciador se inclui no conjunto referido. A paráfrase “todos nós sabemos” evidencia a ideia que determina a concordância, mas o pronome “nós” não está expresso na construção original. Justamente por o verbo concordar com a pessoa incluída no sentido, e não com a forma gramatical do pronome “todos”, ocorre silepse de pessoa. A alegação de que “todos” seria apenas um reforço de um sujeito elíptico “nós” não afasta a classificação tradicional. No enunciado efetivamente apresentado, “todos” exerce a função de sujeito expresso, e a flexão “sabemos” resulta da concordância ideológica com “todos nós”. As afirmações II e III também estão corretas: “lhe” equivale a “sua” ou “dela”, apresentando valor possessivo, e “se” introduz uma condição para a realização da ação principal. Portanto, as três afirmações estão corretas. Recurso indeferido. Mantém-se o gabarito na alternativa (A).
44	ANULAÇÃO DE QUESTÃO.	INDEFERIDO. A candidata sustenta que a alternativa (D) também estaria correta porque o Campo artístico-literário contempla práticas de oralidade e de análise linguística/semiótica. A alegação não procede. A questão não pergunta quais práticas de linguagem podem ser mobilizadas no Campo artístico-literário, mas qual alternativa expressa adequadamente a finalidade do trabalho pedagógico descrito. A alternativa (A) apresenta justamente os elementos específicos desse campo: formação do leitor literário, apreciação estética, construção de sentidos e compartilhamento das experiências de leitura.



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		A presença de rodas de conversa, saraus e momentos de compartilhamento não torna correta a alternativa (D). Essas atividades concretizam o compartilhamento das leituras mencionado expressamente na alternativa (A), além de contribuírem para a formação do leitor literário. As habilidades citadas no recurso também não comprovam a correção da alternativa (D). Elas abrangem diferentes atividades relacionadas ao Campo artístico-literário, como análise de narrativas, interpretação de poemas, leitura expressiva, representação de textos dramáticos e reconhecimento de relações intertextuais. Isso não significa que todo planejamento de leitura literária deva reunir simultaneamente interpretação, oralidade e análise linguística com a finalidade genérica de desenvolver competências relativas aos “diversos usos da linguagem”. A alternativa (D) apresenta uma formulação ampla, aplicável ao componente Língua Portuguesa de maneira geral, mas não explicita a finalidade particular do Campo artístico-literário. A alternativa (A), ao contrário, corresponde diretamente ao objetivo apresentado no enunciado. Recurso indeferido. Mantém-se o gabarito na alternativa (A). A candidata reconhece a correção da alternativa (A), mas sustenta que a alternativa (D) também encontraria respaldo na BNCC porque os eixos de leitura, oralidade, produção textual e análise linguística/semiótica devem ser articulados. A argumentação confunde os eixos das práticas de linguagem, que atravessam o componente Língua Portuguesa, com a finalidade específica do Campo artístico-literário. A articulação entre leitura, oralidade, produção e análise linguística é uma orientação geral da BNCC, mas não é o elemento particular que distingue o trabalho literário descrito na questão. A alternativa (A) contempla exatamente essa especificidade ao mencionar formação do leitor literário, apreciação estética, construção de sentidos e compartilhamento das leituras. Esses elementos estão diretamente relacionados às atividades descritas no enunciado: leitura de poemas, contos e crônicas, rodas de conversa, saraus e manifestação das impressões dos estudantes. A alternativa (D), por sua generalidade, poderia ser aplicada a diferentes campos de atuação e a variados gêneros textuais, literários ou não. Além disso, a BNCC não determina que toda prática de leitura literária deva incluir simultaneamente interpretação, oralidade e análise linguística. Essas práticas podem ser articuladas conforme os objetivos e as habilidades selecionadas para cada atividade. Portanto, a existência desses eixos na BNCC não produz uma segunda resposta correta. A alternativa (A) é a única que sintetiza a finalidade própria do Campo artístico-literário. Recurso indeferido. Mantém-se o gabarito na alternativa (A). A candidata solicita a alteração do gabarito para a alternativa (D), alegando que ela seria mais abrangente por integrar leitura,



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		interpretação, oralidade e análise linguística. A alegação não procede. Uma formulação mais ampla não é necessariamente mais adequada ao comando. A alternativa correta deve identificar o objetivo específico do Campo artístico-literário, e não apenas enumerar práticas gerais do ensino de Língua Portuguesa. A alternativa (A) não se restringe a uma “simples apreciação estética”, como afirma o recurso. Ela reúne quatro aspectos fundamentais: formação do leitor literário, apreciação estética, construção de sentidos e compartilhamento das leituras. As rodas de conversa, os saraus e a exposição das impressões dos estudantes são justamente formas de compartilhamento das experiências de leitura. A alternativa (D), por sua vez, menciona interpretação, oralidade e análise linguística para o desenvolvimento de competências ligadas aos diversos usos da linguagem. Essa finalidade é geral e pode ser aplicada a todos os campos de atuação previstos pela BNCC. Falta-lhe a referência ao que particulariza o Campo artístico-literário: fruição, apreciação estética e formação do leitor literário. Assim, a alternativa (D) não representa de forma mais completa o planejamento descrito; ela apenas apresenta práticas gerais de linguagem, sem indicar sua finalidade especificamente literária. Recurso indeferido. Mantém-se o gabarito na alternativa (A).
45	ANULAÇÃO DE QUESTÃO.	INDEFERIDO. O candidato requer a anulação da questão 45, alegando que as alternativas (A) e (C) estariam corretas. Sustenta que, segundo a BNCC, o ensino de Língua Portuguesa teria os gêneros textuais como eixo central. A argumentação não procede. A BNCC reconhece a centralidade do texto e utiliza os gêneros discursivos como objetos por meio dos quais as práticas sociais de linguagem se concretizam. Isso, entretanto, não significa que os gêneros constituam isoladamente o eixo organizador do componente curricular, como afirma a alternativa (C). A organização proposta pela BNCC articula práticas de linguagem — leitura/escuta, produção de textos, oralidade e análise linguística/semiótica — nos diferentes campos de atuação social. Os gêneros são mobilizados no desenvolvimento dessas práticas, mas não substituem essa estrutura organizacional. Na sequência didática apresentada, os estudantes: - realizam leitura ao ler reportagens; - desenvolvem análise linguística/semiótica ao comparar recursos verbais e visuais e refletir sobre escolhas linguísticas; - exercitam a oralidade e a produção textual ao elaborar o podcast; - participam de uma prática significativa de uso da linguagem ao discutir a credibilidade das informações e produzir conteúdo destinado à circulação social. A alternativa (A) é a única que reúne todos esses elementos. A



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		alternativa (C) identifica corretamente a presença de gêneros discursivos — reportagem e podcast —, mas reduz a caracterização da proposta a apenas um de seus aspectos e afirma, inadequadamente, que eles seriam o “eixo central” do ensino previsto na BNCC. O próprio comando solicita a alternativa que “melhor caracteriza” a proposta. Portanto, não basta que uma opção mencione um elemento presente na atividade; ela deve explicar de forma completa o princípio pedagógico que organiza toda a sequência. Assim, não há duas respostas corretas. A alternativa (A) caracteriza integralmente a integração das práticas de linguagem, enquanto a alternativa (C) apresenta uma descrição parcial e conceitualmente imprecisa da organização curricular da BNCC. Recurso indeferido. Mantém-se o gabarito na alternativa (A).
46	ANULAÇÃO DE QUESTÃO OU MUDANÇA DE GABARITO.	INDEFERIDO. O candidato sustenta que a alternativa (C) seria mais adequada por refletir a Estética da Recepção e a participação do leitor na construção dos sentidos. A argumentação não procede. A alternativa (C) apresenta uma característica importante da leitura literária, mas não um elemento suficiente para distinguir o texto literário dos demais. A interação entre texto, leitor e contexto ocorre em qualquer processo de leitura. Textos jurídicos, religiosos, filosóficos, publicitários e jornalísticos também podem admitir interpretações diferentes. As contribuições de Jauss, Iser, Cosson e Eco demonstram que o sentido da obra literária não é inteiramente fixado pelo autor. Entretanto, isso não significa que a multiplicidade interpretativa seja uma propriedade exclusiva ou definidora da literatura. A Estética da Recepção explica o processo de leitura e construção de sentidos, mas não elimina a importância da elaboração estética da linguagem. A alternativa (A) não afirma que recursos expressivos sejam empregados exclusivamente na literatura. O comando solicita o aspecto que “melhor distingue” o texto literário. Na literatura, o trabalho artístico com a linguagem possui função constitutiva: a seleção e a organização das palavras participam diretamente da produção estética e da ampliação dos sentidos. Recurso indeferido. Mantém-se o gabarito na alternativa (A). A alteração do gabarito da questão 46 da alternativa (A) para a alternativa (C). Sustenta que a elaboração artística da linguagem seria uma concepção formalista superada e que a multiplicidade de sentidos e a interação entre obra, leitor e contexto constituiriam o verdadeiro traço distintivo da literatura. A argumentação não procede. A ampliação dos estudos literários por correntes como a Estética da Recepção não tornou superada a compreensão da literatura como arte da palavra. As abordagens centradas no leitor e no contexto acrescentaram outras dimensões à análise literária, mas não eliminaram a importância da elaboração estética da linguagem. A alternativa (A) não afirma que os recursos expressivos sejam exclusivos da literatura. O fato de metáforas,



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		ambiguidades, jogos sonoros e outras construções aparecerem em textos publicitários, políticos ou jornalísticos não invalida o gabarito. A diferença está na centralidade e na finalidade desses recursos. Em textos utilitários, eles geralmente servem a objetivos pragmáticos, como informar, persuadir ou promover algo; no texto literário, a organização estética da linguagem participa da própria constituição da obra. A alternativa (C), embora apresente uma característica relevante da experiência literária, não oferece o aspecto que melhor distingue a literatura. A produção de múltiplas interpretações e a interação entre texto, leitor e contexto também ocorrem na leitura de textos filosóficos, religiosos, jurídicos, publicitários e até jornalísticos. Todo processo de leitura envolve conhecimentos prévios, contexto histórico e participação ativa do leitor. As referências a Umberto Eco, Jauss e Iser demonstram a abertura interpretativa da obra e a atuação do leitor na construção dos sentidos, mas não estabelecem que essas propriedades sejam exclusivas do texto literário. Além disso, a noção de “obra aberta” não autoriza interpretações ilimitadas: a materialidade linguística da obra continua orientando e delimitando os percursos interpretativos. Também não procede a oposição estabelecida no recurso entre elaboração artística e participação do leitor. É justamente por meio da organização estética da linguagem que o texto literário potencializa sentidos e oferece possibilidades interpretativas. A abertura semântica apontada pela alternativa (C) decorre, em grande medida, do trabalho artístico referido na alternativa (A). Portanto, a alternativa (A) apresenta o aspecto mais abrangente e específico: o texto literário constitui uma produção artística realizada por meio da linguagem. A alternativa (C) descreve um efeito possível da leitura literária, mas não um critério suficiente para distingui-la das demais práticas textuais. O candidato alega que as alternativas (A), (C) e (D) corresponderiam a diferentes correntes da Teoria da Literatura e que a questão deveria indicar previamente um paradigma teórico. A existência de diferentes abordagens teóricas não torna equivalentes todas as características apresentadas. A questão não exige uma definição universal e excludente de literatura, mas o aspecto que melhor diferencia o texto literário, em termos gerais, dos demais textos presentes nas práticas sociais. A alternativa (C) apresenta a multiplicidade interpretativa, característica que também pode ocorrer em textos não literários. A interação entre leitor, texto e contexto integra todo processo de leitura, ainda que assuma especial relevância nos estudos literários. A alternativa (D) também não oferece o melhor critério. A recriação imaginativa da realidade aparece em filmes, histórias em quadrinhos, publicidade, jogos, narrativas jornalísticas e outras produções culturais. Além disso, nem todo texto literário é necessariamente ficcional. Poemas líricos, relatos memorialísticos e textos autobiográficos podem ser literários



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		sem construir um universo ficcional nos mesmos termos de uma narrativa. A alternativa (A) é mais abrangente porque alcança os diferentes gêneros literários. O romance, o conto, o poema e o texto dramático distinguem-se pelo tratamento estético conferido à linguagem, independentemente de serem ficcionais ou de admitirem maior ou menor abertura interpretativa. A função poética pode aparecer em textos não literários, mas, nesses casos, normalmente está subordinada a outras finalidades, como persuadir, informar ou promover um produto. No texto literário, a elaboração artística da linguagem ocupa posição central e constitutiva. Recurso indeferido. Mantém-se o gabarito na alternativa (A). Os dois arquivos atribuídos à candidata são idênticos e apresentam apenas excertos teóricos sobre a função poética, sem formulário de recurso ou requerimento individualizado. Ainda assim, o conteúdo anexado não invalida o gabarito. O texto citado demonstra que a função poética não está limitada à poesia, podendo aparecer em slogans, jingles, discursos e outras manifestações. Essa constatação não contradiz a alternativa (A), pois ela não afirma que os recursos expressivos sejam exclusivos da literatura. O próprio material apresentado distingue a presença secundária da função poética em textos utilitários de sua posição dominante nas produções poéticas. É justamente essa centralidade do trabalho artístico com a linguagem que fundamenta a alternativa (A). A eventual presença de recursos expressivos em textos não literários não equipara suas finalidades às do texto literário. Em um anúncio, por exemplo, tais recursos geralmente servem à persuasão comercial; na literatura, integram a construção estética da própria obra. Recurso indeferido. Mantém-se o gabarito na alternativa (A). A candidata sustenta que as alternativas (A) e (C) seriam corretas porque representam, respectivamente, uma perspectiva formal e uma perspectiva ligada à recepção da obra. A alternativa (C) realmente descreve uma dimensão relevante da experiência literária, mas o fato de uma afirmação ser aplicável à literatura não significa que ela apresente o aspecto que melhor a distingue. Todo texto é interpretado na interação entre suas estruturas linguísticas, os conhecimentos do leitor e o contexto de leitura. Além disso, textos religiosos, jurídicos e filosóficos podem produzir interpretações divergentes. Portanto, a multiplicidade de sentidos não constitui critério suficiente para diferenciar a literatura. A alternativa (A) identifica a literariedade no tratamento artístico conferido à linguagem. Esse critério alcança os diferentes gêneros literários e explica por que a forma de organização da linguagem não é apenas um veículo de conteúdo, mas parte essencial da significação estética da obra.



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		Recurso indeferido. Mantém-se o gabarito na alternativa (A). O candidato argumenta que a expressão “melhor distingue” seria subjetiva e que a alternativa (C) encontraria respaldo em estudos sociológicos e nas teorias da recepção. O emprego de “melhor” estabelece uma comparação entre as alternativas. A questão não solicita a identificação de qualquer característica possível do texto literário, mas daquela que apresenta maior capacidade de diferenciá-lo dos demais textos. A interação entre obra, leitor e contexto não é exclusiva da literatura. Mesmo na leitura de textos não literários, os sentidos são construídos com a participação dos conhecimentos e das experiências do leitor. A polissemia também pode ocorrer em textos publicitários, filosóficos, religiosos e jurídicos. As contribuições de Antonio Candido sobre a relação entre literatura e sociedade não eliminam a dimensão estética da obra. Ao contrário, a representação da realidade social na literatura realiza-se por meio de uma organização formal e artística da linguagem. A alternativa (A) apresenta o critério mais abrangente porque reconhece o texto literário como uma produção artística realizada pela linguagem. A perspectiva social ou receptiva pode ampliar sua análise, mas não transforma a multiplicidade interpretativa em elemento distintivo exclusivo ou predominante. Recurso indeferido. Mantém-se o gabarito na alternativa (A). O candidato reconhece a correção da alternativa (A), mas defende a anulação da questão por considerar que a alternativa (C) também possui respaldo na Estética da Recepção. A existência de uma teoria que estude a participação do leitor não torna a alternativa (C) equivalente à alternativa (A). A Estética da Recepção trata da concretização e da atualização dos sentidos da obra, mas não estabelece que somente textos literários dependam da interação entre texto, leitor e contexto. A redação da alternativa (C) contém uma característica possível, mas não distintiva. Todo texto pode receber interpretações diferentes conforme o contexto histórico, os conhecimentos prévios e os objetivos do leitor. A alternativa (A), por outro lado, identifica a natureza artística do texto literário. A linguagem não funciona apenas para transmitir uma informação: sua elaboração formal, sonora, rítmica, figurativa e semântica participa da produção estética e da construção dos sentidos. Portanto, o respaldo teórico da alternativa (C) como descrição de um processo de leitura não a transforma na resposta que melhor distingue o texto literário. Recurso indeferido. Mantém-se o gabarito na alternativa (A). O candidato sustenta que a teoria da literariedade fundamentaria a alternativa (A), enquanto a Estética da Recepção e os estudos sobre o contexto fundamentariam a alternativa (C), gerando



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		duas respostas corretas. As referências apresentadas demonstram que diferentes perspectivas podem ser empregadas na análise da literatura, mas não comprovam que as alternativas sejam igualmente adequadas ao comando. A relação entre autor, obra, leitor e contexto é objeto dos estudos literários, mas também integra a interpretação de textos não literários. A afirmação de que o texto literário admite múltiplas interpretações é verdadeira em termos gerais, porém insuficiente para diferenciá-lo dos demais textos. A citação segundo a qual a leitura literária considera elementos sociais, históricos e estéticos também não estabelece a alternativa (C) como resposta. A consideração do contexto faz parte da compreensão de inúmeras práticas discursivas. A alternativa (A) apresenta o aspecto mais específico e abrangente: a literatura é uma arte constituída por palavras, e sua particularidade se encontra no trabalho estético realizado com a linguagem. Métrica, ritmo, imagens, figuras, ambiguidades, disposição sintática e seleção lexical são recursos que participam da construção artística da obra. Recurso indeferido. Mantém-se o gabarito na alternativa (A). A candidata sustenta que a elaboração artística da linguagem seria um critério formalista limitado e que a alternativa (C) também estaria correta com fundamento em Terry Eagleton e nas teorias da recepção. A crítica de Eagleton às tentativas de formular uma definição universal da literatura não estabelece que a multiplicidade interpretativa seja o critério correto ou exclusivo. Ao questionar definições fixas, o autor problematiza também a possibilidade de substituir um critério formal por outro igualmente absoluto. A alternativa (A) não apresenta uma definição universal ou excludente. Ela identifica o aspecto que melhor distingue o texto literário no contexto pedagógico da questão: a elaboração artística da linguagem. O fato de recursos expressivos aparecerem em textos publicitários, políticos ou jornalísticos não elimina a diferença de predominância e finalidade. Nesses textos, os recursos geralmente servem a objetivos pragmáticos, como persuadir, informar ou orientar. Na literatura, o trabalho estético com a linguagem participa da própria constituição da obra. A alternativa (C) descreve uma possibilidade de leitura, mas a interação entre leitor, texto e contexto também ocorre fora da literatura. Assim, ela não fornece um critério mais distintivo que o apresentado na alternativa (A). Recurso indeferido. Mantém-se o gabarito na alternativa (A). O candidato requer a alteração do gabarito da questão 46 da alternativa (A) para a alternativa (C). Sustenta que a elaboração artística da linguagem seria uma concepção formalista superada e que a multiplicidade de sentidos e a interação entre obra, leitor e contexto constituiriam o verdadeiro traço distintivo da literatura.



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		A argumentação não procede. A ampliação dos estudos literários por correntes como a Estética da Recepção não tornou superada a compreensão da literatura como arte da palavra. As abordagens centradas no leitor e no contexto acrescentaram outras dimensões à análise literária, mas não eliminaram a importância da elaboração estética da linguagem. A alternativa (A) não afirma que os recursos expressivos sejam exclusivos da literatura. O fato de metáforas, ambiguidades, jogos sonoros e outras construções aparecerem em textos publicitários, políticos ou jornalísticos não invalida o gabarito. A diferença está na centralidade e na finalidade desses recursos. Em textos utilitários, eles geralmente servem a objetivos pragmáticos, como informar, persuadir ou promover algo; no texto literário, a organização estética da linguagem participa da própria constituição da obra. A alternativa (C), embora apresente uma característica relevante da experiência literária, não oferece o aspecto que melhor distingue a literatura. A produção de múltiplas interpretações e a interação entre texto, leitor e contexto também ocorrem na leitura de textos filosóficos, religiosos, jurídicos, publicitários e até jornalísticos. Todo processo de leitura envolve conhecimentos prévios, contexto histórico e participação ativa do leitor. As referências a Umberto Eco, Jauss e Iser demonstram a abertura interpretativa da obra e a atuação do leitor na construção dos sentidos, mas não estabelecem que essas propriedades sejam exclusivas do texto literário. Além disso, a noção de “obra aberta” não autoriza interpretações ilimitadas: a materialidade linguística da obra continua orientando e delimitando os percursos interpretativos. Também não procede a oposição estabelecida no recurso entre elaboração artística e participação do leitor. É justamente por meio da organização estética da linguagem que o texto literário potencializa sentidos e oferece possibilidades interpretativas. A abertura semântica apontada pela alternativa (C) decorre, em grande medida, do trabalho artístico referido na alternativa (A). Portanto, a alternativa (A) apresenta o aspecto mais abrangente e específico: o texto literário constitui uma produção artística realizada por meio da linguagem. A alternativa (C) descreve um efeito possível da leitura literária, mas não um critério suficiente para distingui-la das demais práticas textuais. Recurso indeferido. Mantém-se o gabarito na alternativa (A).